

RECURSO ESPECIAL Nº 1.788.818 - RO (2018/0339104-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **CLEONTTE BARRETO DE CARVALHO**
ADVOGADOS : **GEORGIA PINTO DIAS LEITE - MT010298**
 ROMILSON FERNANDES DA SILVA - RO005109
 TELMA SANTOS DA CRUZ - RO003156
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CLEONTTE BARRETO DE CARVALHO, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, cuja ementa é a seguinte (e-STJ fls. 678):

Apelação criminal. Homicídio qualificado. Motivo fútil. Decisão contrária à prova dos autos. Versões. Soberania do júri.

Decisão contrária à prova dos autos. Soberania do júri. A decisão dos jurados só comporta anulação, quando se apresentar totalmente dissociada do conjunto probatório, em razão da soberania dos veredictos.

O acolhimento pelo Conselho de Sentença de uma das versões apresentadas, não evidencia decisão manifestamente contrária a prova dos autos.

Interpostos embargos infringentes, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 841/846).

A parte recorrente, em suas razões recursais, aponta violação do artigo 593, inciso III, alínea "d", do CPP e do art. 59 do CP. Sustenta: (i) que a decisão condenatória é manifestamente contrária à prova dos autos; (ii) a redução da pena-base ao mínimo legal.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 811/817), o recurso foi admitido (e-STJ fls. 868/869), manifestando-se o Ministério Público Federal, nesta instância, pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ fls. 881/882).

É o relatório. **Decido.**

O recurso não merece acolhida.

Primeiramente, em relação à redução da pena-base, verifica-se que não há interesse de agir, uma vez que essa já fora fixada no mínimo legal.

Prosseguindo, o Tribunal do Júri é soberano para decidir com fundamento nas provas produzidas no processo judicial, as quais serão submetidas ao crivo do contraditório e da ampla defesa.

No presente caso, a Corte *a quo*, ao analisar os autos, em decisão devidamente motivada, entendeu que a decisão dos jurados, em condenar o acusado, acolheu uma das teses apresentadas, questão esta amparada em uma interpretação razoável dos dados instrutórios, não estando manifestamente dissociada da prova dos autos. Abaixo trecho do acórdão recorrido (e-STJ fls. 682/684):

[...]

Vejamos as provas coletadas nos autos.

Diante autoridade policial, Adriano confessou o crime, afirmando que ele e Cleontte foram até a cidade de Pimenta Bueno, onde efetuou três disparos contra a vítima, evadindo-se na motocicleta pilotada por Cleontte. Esclareceu que estava muito arrependido e que cometeu o crime somente porque temia por sua vida, pois a vítima ameaçava toda sua família.

Em juízo. Adriano disse que soube que Marcelo havia sido levado para Pimenta Bueno, então foi até a cidade. Informou que seu irmão apanhou muito e que assinou o documento, mas nada tinha dito. Esclareceu que os policiais disseram que, se assinasse, poderia ir embora, inclusive seu irmão saiu apenas à noite Acrescentou que sequer sabia onde a vítima estava cumprindo pena. Disse que pediu para que Cleontte dissesse que teria o acompanhado. Afirmou que na ocasião dos fatos não estava no Estado de Rondônia, nem seu irmão e nem Cleontte.

Em plenário, Adriano negou os fatos, afirmando que apenas que fez a confissão para que seu irmão não fosse preso. Esclareceu que souberam que a vítima teria sido morta pelos policiais, que foram até sua residência e os conduziram à delegacia. Acrescentou que não possui parentes em Pimenta Bueno e que a motocicleta, que pegou emprestado com Jonatas, foi deixada na

casa de um amigo de Cleontte em Espigão d'Oeste.

Diante autoridade policial, acompanhado de advogado, Cleontte confirmou ter pilotado a motocicleta, transportando Adriano na ocasião em que a vítima saiu do presídio. Esclareceu que não sabia da intenção de Adriano, sequer que estava armado, somente o acompanhando para que ele conversasse com a vítima acerca das ameaças que a família dele estaria recebendo.

Em juízo, Cleontte informou que foi procurado por Adriano para que confessasse o crime para que Marcelo fosse liberado. Afirmou que não praticou o crime com Adriano, também não sabe se ele cometeu.

Em plenário, Cleontte também nega os fatos, afirmando que apenas disse que conduzia a motocicleta para que Marcelo fosse liberado. Esclareceu que Marcelo o ajudou muito e que deu as declarações por instrução dos advogados. Informou que atualmente possui esposa e filhos, razão pela qual mudou a versão.

Marcelo de Freitas, ouvido em juízo, disse que chegou do trabalho e foi preso por policiais de Pimenta Bueno em cumprimento de mandado de prisão. Esclareceu que apanhou muito dos policiais então disse a eles que poderia ter sido seu irmão. Afirmou que na ocasião dos fatos seu irmão estava trabalhando. Disse que Adriano também foi ouvido e que ele assinou a confissão apenas para que fosse liberado. Informou que não disse nada do que consta em sua declaração na fase inquisitorial.

O policial militar Raimundo G. Rabelo Costa disse que a vítima estava cumprindo pena em regime fechado, mas saía todos os dias para trabalhar e retornava ao presídio. Esclareceu que a vítima foi alvejada próximo de sua residência, tendo uma vizinha dito que na ocasião ouviu barulho de uma motocicleta. Acrescentou que a vítima teria sido atingida na cabeça.

Aline Cristina Pinto Fernandes informou que, no dia dos fatos, por volta das 5h30 da manhã foi até o presídio buscar seu marido, ocasião em que conversou com o apelante Cleontte, que estava sentado em frente ao local. Esclareceu que achou estranho ver um rapaz ali sentado, inclusive porque ele disse ter vindo de uma balada e porque era dia de semana. Disse que viu a vítima saindo de bicicleta, mas foi embora com seu marido. Acrescentou que seu marido e a vítima cumpriam pena na mesma cela. Afirmou que conversou com o apelante Cleontte, esclarecendo que o primeiro reconhecimento deu-se por foto e que a pessoa era parecida. Disse que o segundo reconhecimento deu-se pessoalmente, através do vidro. Informou que tanto na

Delegacia quanto em casa sofreu pressão, pois seu marido não queria que se envolvessem e temia por sua vida e de sua filha, já que o esposo cumpria pena.

Jeferson Freire Nogueira disse que saiu da igreja e estava em via pública, quando a vítima passou de bicicleta e uma motocicleta, com duas pessoas, o seguia. Disse que viu quando a vítima tentou subir num portão ou cerca de ferro, mas foi alvejada por três a quatro disparos por uma das pessoas que estava na motocicleta. Esclareceu que os dois estavam de capacete e um deles estaria de jaqueta.

Edmilson Armindo da Silva disse residir em um sítio próximo à Conselvan e, no mês dos fatos, Adriano estava na região, mas não tem certeza que ele estava lá. Disse que viu Cleontte em uma borracharia, mas não sabe em que dia.

Amauri Rodrigues Gonçalves informou que, na época do crime, trabalhava com o apelante Adriano e o irmão Marcelo e que Cleontte trabalha em uma borracharia. Nada sabe sobre o crime e que, no local onde residem ambos são trabalhadores.

Como se vê, das provas colhidas, foram submetidas duas versões aos jurados: a da acusação e da defesa.

Com efeito, a opção dos jurados por uma delas, diante do conjunto probatório colhido nos autos, não implica em dissonância entre a decisão e os elementos de prova que autorizam a cassação do julgamento.

Concluindo-se, portanto, ser inviável a pretensão de anulação do julgamento, sob o argumento de decisão manifestamente contrária à prova dos autos, quando a versão acolhida pelo Conselho de Sentença encontra guarida no contexto probatório.

[...]

Assim, concluir que a decisão do Júri mostrou-se completamente dissociada das provas constantes dos autos, como requer a parte recorrente, implica o revolvimento do conteúdo fático-probatório da demanda, providência vedada em recurso especial. Incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do CPC e no art. 255, § 4º, inciso I, do RISTJ, **não conheço** do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

